



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0010925-16.2017.8.26.0566 - 2017/002835**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Injúria**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 2686/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 2686/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 306/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **JOSE ADÃO CAIRES**
 Data da Audiência: **10/09/2018**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JOSE ADÃO CAIRES**, realizada no dia 10 de setembro de 2018, sob a presidência do **DR. Claudio do Prado Amaral**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. *MÁRIO JOSÉ CORRÊA DE PAULA**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado de seu advogado dr. Arlindo Basílio, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as vítimas Diomário Santana da Silva e Patrícia Custódio Chaves Moura, as testemunhas de defesa Maria Caroline Ribeiro e Maria Aparecida Silva Carvalho Barbosa. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado **JOSÉ ADÃO CAIRES** *Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram da oitiva das testemunhas faltantes, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital *(Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça)*. Pelo Promotor foi requerida a absolvição do réu o que foi reiterado pela Defesa. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JOSE ADÃO CAIRES**, foi denunciado como incurso no artigo 140, § 3º e art. 331, ambos do Código Penal. O réu foi citado e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. **É o relatório. DECIDO.** Aos serem ouvidos nesta data, os guardas Diomário e Patrícia confirmaram os fatos narrados na denúncia. Entretanto, a prova produzida pela Defesa infirma o valor das declarações dos referidos guardas municipais. Observo que inicialmente, que oito dias antes dos fatos o réu lavrou boletim de ocorrência contra o guarda civil Diomário, afirmando que sofreu ação abusiva por parte deste agente de segurança. No dia dos fatos, o depoimento das testemunhas de defesa Maria Caroline e Maria Aparecida revelam que os guardas civis agiram abusivamente, aos menos em dois momentos. Num primeiro momento impedindo que o ônibus prosseguisse pela via pública transportando diversos passageiros que iriam honrar seus compromissos, inclusive de trabalho. Nas palavras da testemunha Caroline, os guardas chegaram a "fechar" o ônibus, provocando abrupta freada. Num segundo momento, quando o ônibus já se encontrava em um terminal de parada, e após o entrevero envolvendo o réu e os guardas, estes últimos decidiram que o réu deveria ser encaminhado à delegacia de polícia, e após isso impediram que todos os passageiros do ônibus lotado fossem transportados em continuidade ao serviço público de transporte que estava sendo realizado pelo réu. Nas palavras de Maria Caroline, o guarda enfiou o pé na porta do ônibus impedindo que todos prosseguissem até seus destinos. Ainda que houvesse situação de ilícito criminal, o que é duvidoso, nada justifica a atitude dos guardas em impedir o prosseguimento do transporte coletivo em plena hora do rush de uma quinta-feira. Muito mais prudente era ter esperado o fim do transporte, ao menos daquele trajeto e trecho, e uma vez que o réu não estava fugindo e tinha sua identidade conhecida, bastaria que fosse lavrado boletim de ocorrência, ao invés da conduta abusiva que foi tomada. Se houve chingamento, inclusive de cunho racial, ainda assim a atitude correta em vista do interesse público era assegurar a fluidez do transporte, responsabilizando-se o réu, se o caso, posteriormente. Neste contexto as declarações dos guardas municipais perdem força, para fins penais, frise-se. Nada impede eventual ação cível. Mas, no contexto de certeza que exigem a ilicitude e a reprovabilidade, não vislumbro segurança probatória. É bem verdade que o réu admitiu que chamou os guardas municipais "guardinhas vagabundos". Todavia, no contexto de abuso que estava ocorrendo, não vejo como réu poderia manifestar-se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

frígido et pacatoque animo. Diante de tais elementos de convicção a absolvição é medida que se impõe. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **JOSE ADÃO CAIRES** da imputação de ter violado o disposto nos artigos 140, § 3º e 331, ambos do CP, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Emerson Evandro Conti, Assistente Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **Claudio do Prado Amaral**

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>

Promotor:

Acusado:

Defensor: